

Eleições 2010: na pauta do setor

Agentes apontam que definição da matriz energética e solução de entraves que não puderam ser resolvidos em gestões passadas, como renovação de concessões, devem ser prioridade do novo governante

Carolina Medeiros e Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Reportagem Especial
03/09/2010

Em outubro, o país vai às urnas para decidir quem serão os novos governadores, deputados, senadores e o presidente da República. Nesse momento, balanços e propostas entram na pauta de diversos segmentos. O setor elétrico também entrou nesse estágio, em que agentes apontam aspectos que ainda dependem de atenção por parte do governo. Diferente de 2002, quando o tema era a sustentabilidade do setor elétrico após o racionamento, e de 2006, quando a preocupação era a garantia de expansão da oferta de energia, neste processo eleitoral, o foco está na definição da matriz energética, além de solução de entraves que não puderam ser resolvidos em gestões passadas.

Aspectos como a alta carga tributária que incide sobre as contas de luz, a renovação das concessões, a diversificação da matriz energética e a sustentabilidade do mercado livre são alguns dos pontos que o setor elétrico aponta como fundamental para um mercado equilibrado. Por sinal, o tema da edição do **7º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico** será a política energética. No **Enase 2010**, os representantes das principais associações do setor apresentarão a carta "Energia para o Futuro", elaborado por 11 associações de classe.

Diante do atual quadro eleitoral, dois candidatos à Presidência da República lideram as pesquisas: Dilma Rousseff e José Serra. Os dois tiveram, em algum momento, atuação expressiva do setor elétrico. Ela foi ministra de Minas e Energia, o que sinaliza uma continuidade na política energética - Dilma foi a responsável pela reestruturação do marco regulatório do setor elétrico no primeiro governo Lula.

Já Serra, embora sem atuação direta no setor, foi o responsável pela regra constitucional que estabeleceu a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de petróleo e energia elétrica nos estados de destino - ao contrário dos demais produtos. No governo dele, ao tentar privatizar a Cesp, teve início o debate de uma das principais questões do setor elétrico: a renovação das concessões, ao se constatar que duas hidrelétricas teriam o contrato de concessão expirando em 2015.

A solução deste último tema é um dos mais importantes para o setor elétrico. Ainda sem definição aparente, muitos acreditam que a renovação onerosa das concessões de geração, transmissão e distribuição será a única saída cabível, visto que a maior parte desses ativos está nas mãos de empresas estatais. Sem a renovação, as estatais perderiam a maior parte dos seus ativos, ficando apenas com o corpo funcional.

Flávio Neiva, presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, acredita que esse é uma dos pontos regulatórios que merecem atenção urgente do próximo governo. A mesma opinião é compartilhada pelo coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nivalde de Castro. No entanto, ele não tem a menor dúvida de que as concessões serão renovadas pelo próximo governo com ônus para o empreendedor.



Renovação onerosa das concessões

Nivalde de Castro, do Gesel

"Eu acho que seria um fator de desequilíbrio muito grande mudar a propriedade de milhares de megawatts. O que o governo terá na mão é a possibilidade de ter um impacto muito positivo sobre as tarifas, contribuindo para a modicidade tarifária", comentou Nivalde. No entanto, a falta de uma sinalização clara ou de uma decisão, para a consultoria Andrade & Canellas, afeta o mercado tanto de energia como o financeiro, que tendem a precificar a questão sempre da pior maneira possível. "O governo tem que decidir urgentemente se manda uma proposta de mudança da lei e renova as concessões ou se as mesmas serão novamente licitadas", defendeu João Roberto Oliva Júnior, gerente de Negócios da Andrade & Canellas.

Luiz Fernando Vianna, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia, ressalta que a estabilidade regulatória é essencial para o setor, principalmente para atração de investimentos e de novos investidores e que isso deve ser perseguido pelo próximo governante. "O setor elétrico deve ser capaz de atrair investimentos de forma sustentada e de gerar competitividade - hoje temos poucos *players* qualificados na geração. Deve-se incentivar a participação privada de modo a viabilizar o montante total de recursos demandados para a expansão do setor", lembrou o executivo.

"Governo tem que decidir urgentemente se manda uma proposta de mudança de lei e renova as concessões ou se as mesmas serão novamente licitadas", João Roberto Oliva, da A&C

A participação estatal nos projetos do setor de energia tem sido alvo de críticas constantes. A mais recente aconteceu na licitação da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW), que tem 49% de participação da Eletrobras e suas subsidiárias. Posteriormente, fundos de pensão de empresas estatais entraram no consórcio, aumentando ainda mais as reclamações quanto a estatização do setor. Para Vianna deve-se evitar conflito de interesses entre a atuação do Estado como investidor, através das empresas estatais, e como regulador - através de ministérios, agências reguladoras e secretarias de estado.

Uma outra questão que precisa entrar na pauta do próximo governante, segundo Nivalde, do Gesel/UFRJ, diz respeito ao modelo do setor elétrico. Ele diz que apesar de muito bem estruturado, o modelo precisará ter alguns pontos revistos nos próximos quatro anos para se adequar a forma de matriz energética pretendida pelo país.

"O problema maior que o modelo precisa rever é que quando ele foi criado havia uma percepção de que o país iria seguir o mesmo padrão de matriz de geração do século XX, que é muita hidrelétrica e termelétricas de *backup*, usadas de vez em quando, muito raramente", contou Nivalde. Entretanto, ainda de acordo com ele, a tendência é para uma matriz de geração de século XXI. Essa matriz é hidrotérmica, sendo que no verão são utilizadas mais hidrelétricas e no inverno, termelétricas. "O modelo não está ajustado para isso. Talvez esse venha a ser o grande desafio de mudança do setor elétrico para se adequar a essa nova realidade", afirma o coordenador do Gesel.



Estabilidade regulatória é essencial para o setor

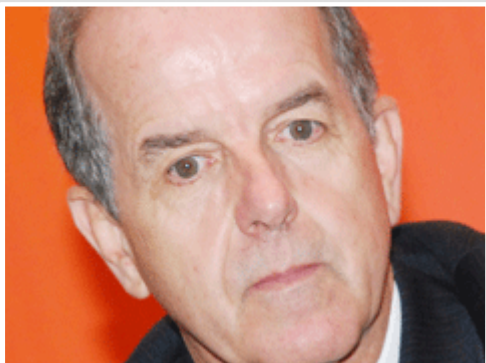
Luiz Fernando Vianna, da Apine

A matriz de energia vislumbrada pelos agentes do setor e que deve ser buscada pelo próximo presidente da República não exclui nenhuma fonte. Na verdade, essa matriz será composta por um *mix* energético, observando apenas restrições para termelétricas a óleo combustível e diesel, que além de caras, são altamente poluentes. Vianna, da Apine, acredita que a diversificação da matriz energética deve ser feita de forma estratégica, preservando-se a confiabilidade do sistema e a operação racional.

"Os critérios para definição e uso da energia de reserva devem ser transparentes. As licenças ambientais devem ser

concedidas em tempos adequados e com abrangência bem definida”, destacou. O executivo defende ainda que os custos adicionais agregados após o licenciamento possam ser repassados, permitindo uma redução dos risco incorporado ao preço, beneficiando, com isso, o consumidor de energia.

Para Flávio Neiva, da Abrage, o ideal seria evoluir com uma matriz de energia elétrica equilibrada, baseada em hidrelétricas, porém sem desprezar nenhuma das fontes primárias disponíveis - gás, carvão, biomassa, eólica e nuclear. “A política a ser adotada deverá priorizar a construção de usinas hidrelétricas, com o objetivo de buscar, a um só tempo, modicidade tarifária e menor impacto socioambiental. Com relação as eólicas e biomassa, o interessante é explorar seus potenciais enquanto se mostrarem competitivos”, disse Neiva. Ainda segundo ele, a térmica nuclear será uma importante alternativa a médio longo prazo, tendo em vista a futura exaustão dos potenciais hidrelétricos e dos combustíveis fósseis.



Matriz equilibrada, sem desprezar nenhuma fonte

Flávio Neiva, da Abrage

A orientação atual do governo é priorizar hidrelétricas e fontes alternativas e isso pôde ser comprovado com os recentes leilões de energia. O leilão A-5, que aconteceu no fim de julho, licitou três hidrelétricas e o último leilão de Fontes Alternativas, realizado no fim de agosto, contratou energia proveniente apenas de eólicas, biomassa e PCHs. De acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, em 2005 existiam apenas 22 MW de capacidade instalada de energia eólica e em 2013 esse potencial será de 5.222 MW.



Aumento da capacidade instalada de energia eólica

Maurício Tolmasquim, da EPE

Essa política de fomento da energia eólica agrada aos agentes ligados à fonte, incluindo fabricantes, que continuam querendo a continuidade de incentivos e desoneração da cadeia produtiva. Ricardo Simões, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica, acredita que o país poderá contar, nos próximos anos, com 10 fornecedores de equipamentos. Além de Impsa e Wobben, que já possuem fábricas no país, Alstom e GE estão se instalando. Nessa lista ainda podem ser incluídas Vestas, Gamesa, Siemens, Clipper, Acciona e Suzlon.

“O principal foco continua sendo a manutenção de leilões exclusivos e anuais de no mínimo 2 GW de energia eólica, visando assegurar a competitividade da fonte por meio de ganhos de escala da indústria de equipamentos e componentes dedicados à geração de eólica”, afirma Simões. Outro ponto, que segundo o executivo, merece atenção urgente do novo governo diz respeito à definição das regras para a verificação de garantia física das usinas eólicas.

“Este é o item que permitirá impulsionar a venda de energia eólica no mercado livre”, considerou Simões. Ele disse ainda que também é importante revisar o procedimento de cálculo das garantias físicas das usinas eólicas, que atualmente subestima o benefício de um padrão de geração complementar ao das usinas hidrelétricas. “A garantia física da energia eólica precisa ser valorizada pelo seu benefício de produção complementar às hidroelétricas”, completa.



Manutenção dos leilões exclusivos para eólicas

Ricardo Simões, da ABEEólica

Enquanto a energia eólica precisa de ajustes em alguns pontos para impulsionar ainda mais a contratação dessa energia, os investidores em PCHs reclamam da falta de isonomia entre as fontes alternativas. Para Ricardo Pigatto, presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia, as eólicas recebem tratamento diferenciado das demais fontes alternativas no que diz respeito a tributação e financiabilidade.

“Buscamos a isenção de ICMS sobre equipamentos, tal como as eólicas tem atualmente e buscamos maior prazo para amortização dos financiamentos junto ao BNDES, com menor taxa de juros e menor índice de cobertura da dívida”, defende. Segundo ele, desta forma, será possível, por exemplo, comercializar essa energia no ambiente regulado como geração distribuída com valor limitado pelo Valor de Referência, que para 2012 está previsto em torno de R\$ 149/MWh.

Pigatto defende que a política adotada pelo próximo governo incentive as fontes renováveis em sintonia com a descarbonização do meio-ambiente, luta que, segundo ele, o Brasil deve acompanhar. “Dadas as dimensões do Brasil, torna-se fundamental que haja um direcionamento regional para a expansão de geração, sob pena de ficarmos absolutamente dependentes de novas linhas de transmissão, seus riscos e suas perdas”, disse.



Falta de isonomia entre as fontes

Ricardo Pigatto, da APMPE

A ABEEólica, mesmo satisfeita com política implementada no país para a fonte, já que muito de seus pleitos foram atendidos, ainda vê problemas, principalmente quanto a conexão dos parques, o que precisa ser resolvido no próximo mandato presidencial. Ricardo Simões explicou que existe um problema de assimetria entre a data do contrato e a entrada das ICGs entre os leilões de reserva e de fontes alternativas.

Segundo ele, no primeiro caso a data de início do contrato é compatível com a data de entrada em operação da ICG, o que retira do investidor o risco de atraso na transmissão. “Já no CCEAR do leilão de fontes alternativas, a data de início do contrato não é compatível com a data de entrada em operação da ICG e o investidor que solicitar a ICG deverá comprar lastro compensatório para respaldar o contrato durante os meses em que a usina está pronta e a ICG não. Este é um ponto que definitivamente precisa melhorar”, declarou Simões.

O mercado livre também tem estado no centro das discussões. Os agentes reclamam da falta de atenção dada pelo governo a esse mercado. Para a consultoria Andrade & Canellas, esse mercado vem sendo cada vez mais desprestigiado. “É como se ele não existisse. A preocupação do governo atual é muito concentrada no mercado regulado e seus leilões”, afirmou José Roberto Oliva, gerente da consultoria.

Para ele, esse “descaso” para com o mercado livre pode ser percebido no preço da energia que é destinada ao ACL. “Para conseguirem vender energia a um preço relativamente baixo no mercado regulado, os empreendedores são obrigados a vendê-la a um preço em torno de 60% superior aos consumidores livres. Só assim conseguem viabilizar o projeto”, comentou Oliva.

Para Thaís Prandini, consultora do núcleo de Estudos Econômicos e Financeiros da Andrade & Canellas, a falta de decisão quanto à renovação das concessões também pode trazer consequências graves para o ambiente livre. Segundo ela, em

algumas declarações e documentos é manifestado o desejo de se manter para a renovação das concessões de energia existente o mesmo critério de compartilhamento de energia nova entre ACR e ACL que existe atualmente nos LEN.

"Este é um movimento preocupante pelas recentes licitações dos projetos estruturantes, onde pela primeira vez se reservou um volume razoável (30%) ao ACL. Entretanto, os preços ofertados pelos vencedores ao ACR - em torno de R\$ 70/MWh a R\$ 80/MWh - não conseguem ser compartilhados com o ACL", analisou Thaís. Ainda segundo ela, a relicitação ou a prorrogação das concessões pelo critério de menor preço para o mercado regulado tem grande potencial de ocasionar um novo aumento de preços para o mercado livre.

"Falta de decisão quanto à renovação das concessões também pode trazer consequências graves para o mercado livre", Thaís Prandini, da A&C

Consenso entre os agentes, outro ponto que merece atenção total por parte do próximo governo é a carga tributária incidente sobre o setor elétrico. Atualmente, essa carga tributária está faixa dos 50%, ou seja, metade da conta de luz paga pelos consumidores se deve a tributos e encargos. Para Vianna, da Apine, é fundamental que se desonere o setor. Para isso, segundo ele, deve-se manter o setor elétrico na atual base de cálculo das contribuições previdenciárias e impedir que a reforma tributária aumente o ICMS sobre o setor.

"Deve-se buscar a redução da carga de tributos e encargos objetivando a modicidade tarifária. A carga tributária deveria ser limitada e previsível. Além disso, os tributos e encargos devem ser segregados para incidir sobre a base e evitar a bi-tributação", destacou Vianna. Para Oliva, da Andrade & Canellas, e Flávio Neiva, da Abrage, a reforma tributária é fundamental para desonerar a energia elétrica. "Em vários países, a desoneração tributária foi implementada de forma gradativa, visando compensar os aumentos naturais dos custos da energia elétrica", explicou Neiva.

De acordo com Oliva, o motivo de tal tributação ser alta é simples: assim como no caso dos serviços de telefonia, é muito difícil a sonegação de impostos. Por isso, desde os governos anteriores, a arrecadação nesses setores é muito alta. "Essa carga tributária alta pressiona os custos finais da energia e vem se tornando um problema sério na competitividade da indústria nacional frente a seus concorrentes. Precisa ser feita uma diminuição e simplificação dos tributos e encargos setoriais junto com uma eventual reforma tributária", analisou.

Na campanha, entre outras propostas para o setor, Serra tem defendido a aceleração de projetos hidrelétricos. Segundo ele, a expansão da matriz energética deve ser feita com fortalecimento da energia renovável, fortalecendo a energia solar, de biomassa a bagaço de cana e eólica, em especial, com ênfase nas duas primeiras fontes, com grande potencial.

Já Dilma tem destacado a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - que inclui projetos de geração e distribuição e de eficiência energética, com criação de mais incentivos, além dos já previstos pela primeira fase do PAC. Além disso, a candidata já propôs redução de impostos sobre a energia elétrica. Independente do resultado das eleições, no dia 3 de outubro, os agentes garantem: o novo governo terá uma pauta extensa para tocar a partir de 2011.

É vedada a utilização e/ou reprodução total ou parcial do conteúdo gerado pelo CanalEnergia sem prévia autorização.
